



INFORMATIVO CADIP nº 21/2025

Material de interesse da Seção de Direito Público

segunda-feira, 24 de março de 2025

Notícias e links

STF

1. STF inaugura usina fotovoltaica e amplia o uso de energia renovável

A usina fotovoltaica do Supremo Tribunal Federal (STF) já está em operação. Instalado em edifícios anexos do Tribunal desde 9/3, o novo sistema de energia solar conta com 380 módulos fotovoltaicos e tem capacidade para produzir mais de 370 megawatt-hora (MWh) por ano – energia suficiente para abastecer mensalmente cerca de 1.850 residências brasileiras. Com isso, o STF prevê uma redução de R\$ 275 mil nos gastos anuais com energia elétrica.

24/03/2025

2. STF dá 10 dias para que o Estado do RJ repasse perdas de ICMS ao município do Rio

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Estado do Rio de Janeiro repasse, em até 10 dias, as parcelas referentes à compensação de perdas de ICMS ao Município do Rio de Janeiro relativas a janeiro e fevereiro de 2025. A decisão foi tomada na Reclamação (RCL) 56702.

21/03/2025

3. Governador de Santa Catarina questiona cotas para pesca artesanal da tainha

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), apresentou ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar portaria conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente e Mudança do Clima que estabeleceu cotas para a pesca artesanal da tainha no estado. O questionamento é feito na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1213.

21/03/2025

4. STF reafirma regras sobre alíquotas de frete para renovação da Marinha Mercante

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou entendimento de que a regra que estabelece que tributos só podem ser cobrados a partir de 90 dias da edição da lei que os instituíram ou do próximo exercício financeiro não se aplica às alíquotas do Adicional

ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) mantidas por decreto de 2023. A decisão, unânime, foi tomada pelo Plenário Virtual no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1527985.

21/03/2025

5. STF reinicia julgamento sobre validade de taxas de prevenção de incêndio

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, nesta quinta-feira (20), o julgamento sobre a constitucionalidade de taxas estaduais para custear serviços específicos oferecidos pelos corpos de bombeiros. O tema é tratado em três processos: o Recurso Extraordinário (RE) 1417155, com repercussão geral (Tema 1.282), do Rio Grande do Norte, e as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1028 e 1029, sobre medidas semelhantes em Pernambuco e no Rio de Janeiro.

20/03/2025

6. STF colhe informações sobre exploração mineral no território Cinta Larga (RO/MT)

Em audiência de contextualização realizada nesta quinta-feira (20), o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), ouviu representantes dos povos indígenas, da União e do Ministério Público Federal (MPF) sobre a disputa envolvendo a possibilidade de mineração dentro e no entorno de terras indígenas do povo Cinta Larga, nos estados de Rondônia e Mato Grosso.

20/03/2025

7. Informativo STF nº 1169/2025

24/03/2025

STJ

8. Pesquisa Pronta traz acordo de não persecução cível e contrato atípico de hospedagem em condomínio residencial

A página da *Pesquisa Pronta*, produzida pela Secretaria de Biblioteca e Jurisprudência, divulgou uma nova edição, com destaque para dois entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

24/03/2025

9. É inviável ação de improbidade para reconhecer ato ilícito objeto de acordo de colaboração premiada

Para a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não é cabível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa contra colaborador premiado para buscar o reconhecimento judicial do ato ilícito, mesmo que o processo não pretenda a aplicação de outras sanções além daquelas já definidas no acordo de colaboração.

21/03/2025

10. Informativo STJ nº 843/2025

18/03/2025

CNJ

11. Decisões judiciais em saúde devem se basear em evidências científicas, afirma conselheira do CNJ

"Justiça e ciência devem andar juntas", a afirmação foi feita pela supervisora do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus), Daiane Nogueira de Lira, durante a programação do Fonajus Itinerante, realizado em Florianópolis (SC) de 19 a 21 de março. No seminário O Direito e a Saúde: Repensando a Judicialização, a conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) destacou, ainda, que a judicialização da saúde se tornou uma epidemia, mas que "o Judiciário não pode conceder tratamentos sem evidências sólidas".

21/03/2025

12. Prazo para envio de enunciados sobre fornecimento de medicamentos de alto custo termina na segunda (24/3)

Os Comitês Estaduais de Saúde têm até a próxima segunda-feira (24/3) para encaminhar ao Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) suas propostas de enunciado que tratem de assuntos voltados ao fornecimento de medicamentos pelo poder público. As sugestões serão analisadas pelo Comitê Nacional do Fonajus e votadas durante a VII Jornada de Direito da Saúde, que acontecerá nos dias 24 e 25 de abril, na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília.

21/03/2025

13. Webinário destaca avanços e desafios na aplicação das perspectivas de gênero e racial no sistema de Justiça

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu nesta quinta-feira, 20 de março, o webinário Construindo Equidade: Protocolos para Julgamento com Perspectiva de Gênero e Racial no Atendimento às Mulheres. Organizado pelo Programa Justiça Plural e pelo Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero, coordenado pela Conselheira Renata Gil, o evento reuniu vozes diversas para debater um Judiciário mais justo e inclusivo.

20/03/2025

14. CNJ reafirma compromisso no combate à violência contra mulheres em evento na ONU

A supervisora da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e ouvidora Nacional da Mulher, conselheira Renata Gil, reiterou o empenho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no combate a toda forma de violência contra as mulheres. O compromisso foi reforçado durante debate sobre o combate à violência digital na 69.ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) nesta quarta-feira (18/3), em Nova Iorque (EUA).

20/03/2025

TJSP

15. Vice-Presidência lança manual atualizado sobre procedimentos administrativos disciplinares de servidores

A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo publicou, no portal do TJSP, o manual "Lei Complementar nº 1.361/21 - Principais Reflexos no Procedimento Administrativo Disciplinar no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo", com orientações básicas para atuação em apurações das faltas disciplinares cometidas por servidores subordinados à competência de processamento da Vice-Presidência, da Corregedoria das Secretarias do TJSP, da Comissão Processante Permanente e das Corregedorias das Administrações de fóruns da Capital e interior.

21/03/2025

16. Município de São Paulo indenizará aluno com deficiência que fraturou braço em escola

A 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão da 16ª Vara da Fazenda Pública da Capital, proferida pela juíza Patrícia Persicano Pires, que condenou o Município a indenizar aluno com deficiência que sofreu fratura no braço após queda em escola da rede municipal. O ressarcimento por danos morais foi fixado em R\$ 15 mil.

21/03/2025

17. Aposentadoria do desembargador Marrey Uint é marcada por homenagens dos colegas

Após quase 20 anos de dedicação à Magistratura, o desembargador Luiz Edmundo Marrey Uint foi homenageado, nesta semana, em suas últimas sessões antes da aposentadoria. Hoje (20), o magistrado recebeu os cumprimentos dos integrantes do Primeiro Grupo de Câmaras de Direito Público, que abrange as 1ª, 2ª e 3ª Câmaras, em sessão virtual. Na terça-feira (18), Marrey Uint se despediu dos colegas da 3ª Câmara de Direito Público, no Palácio da Justiça, em ato conduzido pelo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, na presença de integrantes do Conselho Superior da Magistratura (CSM) e muitos amigos.

20/03/2025

CONJUR

18. Depósito judicial por si não garante imissão de posse, decide juiz

No julgamento do Tema 472, o Superior Tribunal de Justiça estabeleceu que o depósito judicial do valor apurado pelo corpo técnico do ente público, quando inferior ao arbitrado pelo perito judicial e ao valor de cadastro do imóvel, inviabiliza a imissão provisória na posse.

24/03/2025

19. Juiz aplica tese do Tema 69 para determinar exclusão de ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Tema 69, declarou inconstitucional a exigência da inclusão do valor referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na composição das bases de cálculo do PIS e da Cofins.

24/03/2025

20. Tema 1.118 do STF: das implicações práticas e jurídicas da exigência de capital social integralizado

No último dia 13 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário (RE) nº 1.298.647, fixou a tese do Tema nº 1.118 com repercussão geral, pacificando que a administração pública não possui responsabilidade subsidiária, de forma sumária, pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas devidos pela empresa prestadora de serviços.

Johnathan Paim

24/03/2025

21. A Resolução 332/2020 do CNJ e a utilização de IA pelo Judiciário

O crescimento exponencial da utilização de inteligência artificial (IA) auxiliando a produção artística, bem como a comoção causada pelas inúmeras possibilidades de auxílio e produção textual do ChatGPT, trouxeram a lume discussões já acirradas sobre a utilização de inteligência artificial em diversas áreas de atuação humana. A ponto de nomes famosos da tecnologia apontarem a necessidade de paralisação da mesma.

Quellen Cristina de Souza Freitas

24/03/2025

22. Impacto do Tema 1.257/STJ no debate sobre aplicação das normas processuais

O Tema Repetitivo 1.257 do Superior Tribunal de Justiça, julgado em 13 de fevereiro de 2025, estabeleceu que as alterações da Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) podem ser aplicadas a processos em curso para regular a tutela provisória de indisponibilidade de bens.

Gabriela Soeltl

24/03/2025

23. STF valida decreto sobre parcerias para escolas em SP

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, restabeleceu a validade de um decreto do estado de São Paulo que autoriza a concessão administrativa para construção e manutenção de escolas. A decisão foi tomada em suspensão de liminar.

23/03/2025

24. STF derruba lei goiana sobre compartilhamento de energia

Os estados não têm competência para disciplinar a concessão da distribuição de energia elétrica de modo a criar regras alheias e estranhas ao que define a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

23/03/2025

25. É possível adesão de estatal a ARP de órgão da administração direta e indireta?

O Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303/2016) caracteriza o sistema de registro de preços (SRP) como um procedimento auxiliar das licitações empreendidas por empresas públicas e sociedades de economia mista (artigo 63, III).

Aldem Johnston Barbosa Araújo

23/03/2025

26. Delito do porte ilegal de arma é permanente; pai e filho são condenados por crime ambiental

A 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais manteve sentença da Comarca de Grão Mogol que condenou pai e filho à pena de dois anos de reclusão e dois anos de detenção, no regime inicial aberto, para cada um deles, mais 40 dias-multa, com o dia-multa na base mínima de 1/30 do salário mínimo.

22/03/2025

27. STJ pode reavaliar crédito de ICMS por energia na produção de gases perdidos

Um pedido de vista do ministro Marco Aurélio Bellizze abriu a possibilidade de a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reavaliar se mantém seu entendimento sobre a

possibilidade de aproveitamento de crédito de ICMS referente à aquisição de energia elétrica para produção de gases que acabam perdidos no processo produtivo.

22/03/2025

28. Publicidade que exalta prefeito não é improbidade sem dolo comprovado

Na falta de comprovação de dolo específico, não é possível imputar ao gestor público a prática de ato de improbidade administrativa, ainda que seja constatada a utilização de recursos públicos para veiculação de propaganda que contenha sua imagem e nome.

22/03/2025

29. TJ-SC rejeita pedido para barrar uso de dados no treinamento de IA da Meta

A 5ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina manteve a decisão que negou o pedido do Ministério Público para impedir a Meta de usar dados pessoais de usuários brasileiros de Facebook, Instagram e WhatsApp no treinamento de sua inteligência artificial generativa, a Llama 3.

21/03/2025

30. STJ veta compensação cruzada com crédito que transitou em julgado após eSocial

O contribuinte não pode compensar débitos previdenciários posteriores à adoção do eSocial com créditos tributários anteriores, mas que foram reconhecidos por sentença que se tornou definitiva após a adoção desse sistema.

21/03/2025

31. Equiparação de homofobia à injúria racial não retroage, decide TJ-SP

Condutas homofóbicas e transfóbicas só podem ser equiparadas aos crimes raciais que já estavam contidos na Lei 7.716/1989 quando o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e do Mandando de Injunção (MI) 4.733.

21/03/2025

32. Como tributar o crédito de carbono?

Em meio a tantas mudanças ocorridas na legislação tributária brasileira ao longo de 2024, uma delas é particularmente importante para o mercado de carbono e para a promoção de tecnologias que busquem a sustentabilidade da economia.

Adriana Stamato e Telirio Saraiva

21/03/2025

33. Mito do solucionismo tecnológico: IA, justiça e sustentabilidade na era da regulação

ideia de que a tecnologia pode resolver todos os problemas sociais tem seduzido governos, empresas e até cidadãos comuns. Esse fenômeno, conhecido como solucionismo tecnológico, parte da crença equivocada de que avanços como a inteligência artificial (IA) podem substituir políticas públicas, eliminar desigualdades e até garantir a sustentabilidade ambiental. Embora a IA tenha potencial para trazer benefícios significativos em várias áreas, a realidade é mais complexa.

Franco Perazzoni;Agostinho Gomes Cascardo Junior;Anderson de Andrade Bichara e Rafael Ferreira Filippin

21/03/2025

34. Espaços de proteção integral das APAs: análise do artigo 4º da Resolução Conama 10/1988

A Resolução Conama 10/1988 dispõe em seu artigo 4º que as áreas de proteção ambiental (APAs) "deverão ter zona de vida silvestre nas quais será proibido ou regulado o uso dos sistemas naturais". Não é de hoje que essa exigência tem gerado inúmeros conflitos entre proprietários, posseiros, Prefeituras e os órgãos ambientais responsáveis pela gestão dessa modalidade de Unidade de Conservação (UC). Em vista disso, faz-se necessário analisar a compatibilidade desse dispositivo com a Lei 9.988/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza — Snuc) e com a Constituição.

Dilermando Gomes Alencar e Talden Farias

21/03/2025

35. STJ julga se União pode mudar critério para indenizar concessionária de hidrelétrica

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça começou a julgar nesta quinta-feira (20/3) se a União pode mudar o critério para calcular a indenização pela reversão de bens vinculados às concessões de usinas hidrelétricas anteriores à Lei 12.783/2013.

20/03/2025

MIGALHAS

36. Reforma tributária 14: Café caro e lei kandir

Por que o café e outros produtos estão caros se somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo? A resposta passa pela economia, mas é atravessada pelo Direito.

Rosa Freitas

24/03/2025

37. A ampliação da imunidade tributária à CBS

O sistema tributário brasileiro é caracterizado por sua enorme complexidade, com diversas normas e princípios que regem a arrecadação e a gestão dos tributos. Um dos aspectos mais importantes desse sistema são as limitações ao poder de tributar, dentre as quais se enquadram as imunidades.

Karina de Oliveira

24/03/2025

38. A reforma tributária e os benefícios trabalhistas: o que muda e como impacta as empresas?

A Reforma Tributária, aprovada pela Emenda Constitucional 132/23 e regulamentada pela Lei Complementar 214/25, vai muito além de mudanças fiscais e contábeis. Seu impacto se estende a todo o ambiente de negócios, incluindo as relações trabalhistas, exigindo das empresas uma nova forma de planejamento estratégico.

Bruna Nakamura e Mário Antônio Rech

24/03/2025

39. Aplicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência às crianças com TPS

O TPS - Transtorno do Processamento Sensorial é uma condição neurofisiológica caracterizada pela dificuldade em processar estímulos do ambiente e os sentidos.

Amanda Fonseca Perrut

23/03/2025

40. STF veta lei que impede limite de consultas a pessoa com TEA

No plenário virtual, por unanimidade, STF declarou a inconstitucionalidade da lei 5.863/22, do Mato Grosso do Sul, que proíbe planos de saúde de limitar consultas e sessões a pessoas com TEA. Para o relator do caso, ministro André Mendonça, a norma invadiu a competência legislativa da União ao tratar de matéria de Direito Civil e seguros.

21/03/2025

41. Médico diz que mamografia causa câncer e é processado pela AGU

A AGU ajuizou ação contra o médico Lucas Silva Ferreira Mattos, requerendo sua condenação por danos morais coletivos no valor de R\$ 300 mil, após publicar em suas redes sociais conteúdos que alegam, sem respaldo científico, que o exame de mamografia aumentaria a incidência de câncer de mama.

21/03/2025

42. Gilmar pausa análise de lei que ampliou acesso de vulneráveis ao SUS

No plenário virtual, o ministro Gilmar Mendes suspendeu a análise de ação ajuizada pelo PSOL que questiona a constitucionalidade de lei que garantiu acesso ao SUS a pessoas em situação de vulnerabilidade, mesmo sem comprovação de domicílio ou inscrição prévia no sistema.

21/03/2025

43. Reforma tributária 13: Os alimentos

O dia 19/3 é o dia de São José. Todo sertanejo sabe que é o dia de plantar o milho para colher na época das festas juninas. Acima da linha do Equador, representa o equinócio da primavera; para nós, no sul, o do outono. Mas quem é do semiárido nordestino só tem duas estações: o verão e o inverno. E o cheiro mais gostoso do mundo é o mormaço da primeira chuva depois de 8 meses de seca.

Rosa Freitas

21/03/2025

44. Análise preditiva de IA no compliance tributário

A evolução tecnológica tem impactado significativamente o compliance tributário, proporcionando maior segurança, eficiência e prevenção de riscos. A utilização da IA - inteligência artificial na análise preditiva tornou-se uma ferramenta essencial para empresas que buscam conformidade fiscal e otimização tributária, especialmente diante de regulamentações complexas e dinâmicas, como as do Brasil e dos Estados Unidos.

Adriene dos Santos Trindade Vallini

21/03/2025

45. IBS, CBS e ITBI na cessão de direitos hereditários

A reforma tributária tem sido objeto de amplos debates ao longo das últimas décadas, tendo como uma de suas principais diretrizes a simplificação do sistema tributário nacional. Um dos pilares dessa reestruturação foi a substituição do ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins pelo IBS - Imposto sobre Bens e Serviços e pela CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, introduzidos pela EC 132/23 e regulamentados pela LC 214/25.

Ramon Henrique Santos Fávero e Beatriz Biancato

21/03/2025

46. Decisão inédita julga ilegal exigência de quarentena e obriga PGFN a celebrar transação tributária

A "quarentena", expressão conhecida como a vedação, durante o período de 2 anos, para a celebração de nova transação tributária por empresas que rescindiriam acordos com a Fazenda Pública, foi julgada ilegal pelo E. TRF-5 - Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Larissa Lauri Destro

21/03/2025

47. A essência da democracia: A importância da livre opinião

O tema em torno da liberdade de expressão é de suma relevância para a manutenção e para o aprimoramento de qualquer sociedade que se pretenda democrática: a importância da livre opinião.

Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade

21/03/2025

48. PPP e infraestrutura social em escolas: Um caminho para qualidade de ensino e sustentabilidade

As mudanças climáticas vêm impondo desafios crescentes a diversos setores da sociedade, e a educação não fica de fora. Notícias recentes têm ressaltado o impacto direto das altas temperaturas nas salas de aula, evidenciando a falta de infraestrutura adequada em várias escolas públicas do país. Diante desse cenário, torna-se urgente buscar soluções que garantam instalações confortáveis, seguras e sustentáveis, capazes de refletir diretamente na qualidade do ensino e no bem-estar dos estudantes. É nesse ponto que as PPPs - Parcerias Público-Privadas de infraestrutura social despontam como instrumento fundamental para a modernização do ambiente escolar.

Augusto Neves Dal Pozzo e Percival José Bariani Junior

21/03/2025



O CADIP está no Telegram



Visite a página do CADIP